APRESENTAÇÃO

"A ação na América do Sul deverá atender ao objetivo de construção da integração econômica e da cooperação política e social, a partir de uma atitude brasileira que reconheça as assimetrias e procure equacioná-las de forma generosa."

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães
Secretário-Geral das Relações Exteriores

"É da América do Sul que a humanidade poderá esperar as indicações de novos horizontes."

Agostinho da Silva

O Curso para Diplomatas Sul-Americanos, com sua quinta edição, já formou 125 funcionários das chancelarias da Região e contou com a participação no seu corpo docente de 74 intelectuais da mais alta expressão.

Iniciativa do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, o Curso sob menção visa promover a integração através das pessoas e não das coisas. Com efeito, já se tentou no passado realizar a integração através das tarifas aduaneiras, das conexões rodoviárias e fluviais. A presente tentativa inova ao apoiar-se enfaticamente no relacionamento humano e no livre pensar. Trata-se de responder, através de um diálogo orientado para o fundamental e não para as conjunturas, a questão crucial: os sul-americanos têm capacidade de fazer história ou são apenas uma expressão geográfica ou um grande mercado?

Embaixador Jeronimo Moscardo
Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão

VI Curso para Diplomatas Sul-Americanos
2 a 28 de abril de 2009

Organização:
Fundação Alexandre de Gusmão
Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

PROGRAMAÇÃO

2/4/2009	Abertura: Ministro Luiz Dulci, Ministro de Estado-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
3/4/2009	Senador Antonio Peredo Leigue (Bolívia) Visita ao PROJAC (Rede Globo), RJ
6/4/2009	Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal (Brasil)
7/4/2009	Visita à Fundação Oswaldo Cruz Lançamento do livro "Diplomacia Brasileira e a Política Externa – Documentos Históricos (1493-2008)". Organizador: Eugênio Vargas Garcia Local: Livraria Travessa, Rio de Janeiro, RJ
8/4/2009	Visitas ao Palácio Itamaraty e ao Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I) e COMDABRA, Brasília, DF Visita à EMBRAPA, Brasília, DF
9/4/2009	Apresentação especial: Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil
13/4/2009	Professora Doutora Mellissa Ifill (Guiana) Professor Teodoro Bustamante, da FLACSO (Equador)
14/4/2009	Doutora Alícia Bárcena, Secretária-Executiva da CEPAL (Chile) Professor Doutor Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais (Brasil)
15/4/2009	Embaixador Camilo Reyes Rodriguez (Colômbia) Visita à PETROBRAS, Rio de Janeiro, RJ
16/4/2009	Ministro Ticio Escobar (Paraguai) Lançamento do livro "Brasil, Mundo e Homem na Atualidade", autoria do Doutor Helio Jaguaribe. Local: Academia Brasileira de Letras, RJ
17/4/2009	Visita à Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (ELETRONUCLEAR), RJ
17-19/4/2009	Visita à Parati, RJ
20/4/2009	Doutor Oscar Bottinelli (Uruguai) Embaixador Subhas Chandra Mungra (Suriname)
22/4/2009	Doutor Javier Diez Canseco (Peru) Professora Doutora Ana Maria Sanjuán (Venezuela)
23/4/2009	Visita à Usina Siderúrgica Presidente Getúlio Vargas – CSN, Volta Redonda-RJ

24/4/2009	Senador Carlos Ominami (Chile) Ministro Robert M. Persaud - Ministro da Agricultura da Guiana Visita ao Estande da Funag na Central do Brasil, Rio de Janeiro, RJ Jantar no Instituto Ricardo Cravo Albin, Rio de Janeiro, RJ
27/4/2009	Visita a Foz do Iguaçu e Itaipu, Paraná, PR
28/4/2009	Encerramento – Palestra do Professor Doutor José Paradiso (Argentina)

VI Curso para Diplomatas Sul-Americanos

Alunos do VI Curso acompanhados dos Embaixadores Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores, Jeronimo Moscardo, Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão, e Carlos Henrique Cardim, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.

PALESTRA DO EMBAIXADOR CELSO AMORIM, MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL

Embaixador Jeronimo Moscardo - Presidente da FUNAG: Bom dia a todos. Hoje eu não vou apresentar o Ministro Celso Amorim porque ele é o dono da casa e não se apresenta o dono da casa. Nós vamos apresentar ao Ministro Celso Amorim um agradecimento. O Embaixador Celso Amorim foi o criador e o inspirador deste curso, que está na sua sexta edição. A ideia do curso é de criar amigos, de criar laços de afeto e intelectuais com a América do Sul. Esta edição é importante porque o Ministro tem prestigiado a carreira diplomática. Além de uma bagagem intelectual e cultural muito grande, o Ministro foi um dos criadores do Curso de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, juntamente com o Embaixador Cardim. Ele tem Doutorado na London School of Economics e também da Academia Diplomática de Viena. É um cineasta, foi Presidente da EMBRAFILME no Brasil, então, é um homem que veio da cultura para a diplomacia. Sem mencionar, que o Ministro Celso Amorim é o criador do G-20 e tantas outras iniciativas no plano internacional, que já são de domínio público. Mas eu queria fazer aqui um agradecimento pessoal ao Ministro porque ele tem dado um prestígio extraordinário à carreira diplomática no Brasil. Todos os Embaixadores do Brasil no mundo são diplomatas de carreira. Isto foi um feito que nunca existiu na História do Brasil e nós devemos isso a Celso Amorim. Ademais, este Curso para Diplomatas Sul-Americanos, já na sua sexta edição, é uma preocupação de prestigiar os diplomatas sul-americanos, os nossos irmãos sul-americanos. Inclusive, esse prestígio se traduz em trazer para vocês os principais Assessores do Presidente Lula, o Presidente do Tribunal e agora o Ministro Celso Amorim, apesar de sua agenda carregada, como vocês podem imaginar, vem aqui para abrir um diálogo com vocês. De modo que, em nome da Fundação Alexandre de Gusmão e de todos os colegas

diplomatas sul-americanos, eu agradeço a presença do Ministro Celso Amorim. Muito obrigado.

Chanceler Celso Amorim - Ministro de Estado das Relações Exteriores: Bom dia. Obrigado, Embaixador Jeronimo. Obrigado, Embaixador Cardim. Eu imagino que, a essas alturas, o ouvido já esteja se acostumando um pouco com o português. Eu vou procurar falar devagar. Eu tenho a tendência a "disparar" nas minhas falas, mas este é um momento de conversa com amigos, jovens diplomatas da América do Sul, eu vou procurar manter este tom e, se eu começar a correr muito com a minha fala, por favor, me chamem a atenção.

Eu trouxe um texto que mais tarde poderá ser distribuído, que é uma apresentação um pouco mais formal do processo de integração da América do Sul. Mas eu achei mais interessante aproveitar esta oportunidade para ter uma conversa um pouco mais descontraída com vocês. Por isso, vocês vão me perdoar se, por acaso, eu fizer algumas digressões, se não estiver seguindo uma estrutura muito linear, mas eu achei que isso talvez fosse mais interessante do que ler um texto porque acaba sendo algo impessoal.

Eu queria começar com algumas reflexões e alguns fatos sobre a integração da América do Sul, no quadro mais amplo da integração da América Latina e do Caribe. Evidentemente, não é minha pretensão - até porque, não sou a pessoa mais adequada para fazer isso - fazer um histórico de todos os esforços de integração que houve desde as utopias bolivarianas e de outros libertadores no início da nossa vida independente, até os primeiros ensaios concretos com a ALALC, nos anos 60, com a ALADI. Eu vou me deter na parte mais recente, que já está nos livros também, em que eu tive experiência pessoal e sobre a qual eu posso acrescentar alguma coisa que talvez vocês não encontrem nos livros, pelo menos uma visão específica de quem teve a sorte, o acaso ou a coincidência de participar de vários momentos dessa integração nos anos mais recentes. Eu me refiro propriamente ao processo de criação do Mercosul até os nossos dias.

Eu não vou me estender excessivamente sobre cada um deles, mas eu gostaria de fazer uma breve referência a cada processo em que nós estivemos envolvidos. Primeiro, o Mercosul. Como começou o Mercosul? Vocês já terão ouvido isso de outras pessoas. Vocês encontraram o Embaixador Samuel, que foi muito ativo nesse processo, antes um pouco até do início do Mercosul propriamente dito, no processo de aproximação Brasil e Argentina. Isso é crucial. Os argentinos e brasileiros sabem disso muito bem, creio que os outros membros do Mercosul também o sabem, mas talvez nos outros países, isso não esteja tão claro. Na realidade, o grande impulso à aproximação Brasil-Argentina foi de natureza política. Quando os dois países saíam de governos militares, governos autoritários, eles perceberam que era preciso criar uma comunidade de interesses e que essa comunidade de interesses não poderia se esgotar nos contatos

políticos, que era importante que essa comunidade de interesses também se lastreasse na parte econômica que, naturalmente, é fundamental. Foi por isso que, no processo de aproximação Brasil-Argentina, se deu tanta ênfase ao aspecto comercial a partir do primeiro momento. Eu estou me referindo ao ano de 1985, quando o Presidente Alfonsín, recentemente falecido, o que todos nós lamentamos e sentimos profundamente porque foi um grande democrata da região, e o Presidente Sarney, que não por coincidência nos representou nas homenagens após a morte do Presidente Alfonsín, os dois Presidentes iniciaram um processo de diálogo que teve várias vertentes. Não foi apenas a vertente econômica, mas teve, por exemplo, uma vertente muito importante na área da energia nuclear. Até então se dizia que Brasil e Argentina competiam, que queriam ter a bomba atômica e que a bomba atômica serviria para jogar em Buenos Aires e a da Argentina serviria para jogar no Rio de Janeiro, ou em São Paulo, ou em Brasília, não sei. De qualquer maneira, havia essa ideia de uma grande rivalidade, de uma grande competição. Esse esforço também teve ramificações em outras áreas, como a área de ciência e tecnologia e a área cultural. Houve várias iniciativas importantes. Aliás, não querendo ser excessivamente autorreferente, um pouco antes da inauguração da Ponte Tancredo Neves, pelo Presidente Alfonsín e Sarney, se realizou, em Foz do Iguaçu e Iguaçu, na Argentina, um Encontro sobre Biotecnologia. Na época, eu trabalhava na área de ciência e tecnologia e também estive envolvido com esse processo de alguma forma. Mas, enfim, houve um grande esforço de aproximação econômica que foi muito importante, sobretudo, pelo que ele gerou de dinâmica política. Se estudarmos as estatísticas entre 1985 de 1990, verificamos que houve um grande esforço, uma grande movimentação entre os dois países, mas os resultados propriamente comerciais foram pequenos. Eu deveria dizer também que, mais para o fim desse processo, em 1988 e 1989, o Uruguai começou a participar, de alguma maneira, porque havia encontros entre Brasil e Argentina, e o Presidente Sanguinetti era convidado.

A partir de 1990, curiosamente, e até paradoxalmente, quando Brasil e Argentina tinham governos mais voltados para uma política neoliberal, em que o Presidente foi evoluindo - ou involuindo, eu deixaria a critério de cada um fazer o julgamento - num sentido mais neoliberal, na medida em que o governo passava, e no Brasil foi eleito também um Presidente que tinha uma plataforma neoliberal e foi um período de grande abertura de mercados do Brasil para o mundo, e também da Argentina para o mundo, nesse período, houve algo muito interessante. Acho que é importante notar isso porque vocês verão também o papel das burocracias de Estado. Muitas vezes, nós pensamos que as coisas ocorrem apenas num plano, ou só no plano burocrático, ou só no plano político. É claro que o impulso político é indispensável porque, sem o impulso político, nada segue, mas as burocracias de Estado muitas vezes têm o seu papel também. Nesse caso da integração Brasil-Argentina e, logo em seguida, do conjunto do Mercosul, com o Uruguai e Paraguai, nesse momento crítico em que os países estavam fazendo uma abertura comercial muito

grande para o mundo, foram as burocracias de Estado, principalmente, que perceberam que, apesar dos riscos que poderia haver naquela abertura, havia também uma oportunidade para integração, desde que nós soubéssemos aproveitar aquele momento, que já era caracterizado por certa abertura em relação a terceiros países, para fazermos uma abertura mais rápida entre nós mesmos. Logo no início dos anos 90, esse processo vai se espelhar no Acordo de Complementação Econômica nº. 14, que é um Acordo Comercial entre o Brasil e Argentina, que prevê, de maneira mais clara, com tabelas e cronogramas, a eliminação das tarifas entre Brasil e Argentina, num prazo bastante ambicioso de cinco anos. Nós vimos depois que muitas coisas não puderam ocorrer como previsto. Mas esse voluntarismo, talvez, característico dos políticos da época, ao mesmo tempo, com uma visão das burocracias de Estado, de que era o momento para levar adiante o objetivo de maior aproximação entre Brasil e Argentina, a conjugação desses fatores permitiu que realmente se lançasse um processo dinâmico e irreversível. Logo a ele se juntou o Uruguai e pouco depois o Paraguai e eu vou contar um pouquinho da circunstância em que isso se deu.

Já havia uma coordenação política com o Uruguai, o Paraguai estava ainda numa transição para um governo democrático e, consolidado esse governo democrático, ele se aproximou de nós também e foi incorporado ao processo. Mas há um fator muito interessante que vai levar essa negociação, inicialmente, entre Brasil e Argentina, e logo em seguida ampliada para Paraguai e Uruguai, pelo menos, em termos de discussões, resulte em algo mais ambicioso do que um acordo de livre comércio. O ACE 14 é essencialmente um acordo de livre comércio. Quando o Paraguai e o Uruguai se juntam, e isso coincide com o lançamento da Iniciativa para as Américas, pelo Presidente Bush, o pai, há a percepção de que é preciso haver uma posição conjunta, não só de Brasil e Argentina, mas também, de Uruguai e Paraguai, já nessa época envolvidos na negociação para liberar o comércio entre nós. Por que esse fato é importante? Porque foi a necessidade dessa negociação conjunta com os Estados Unidos que nos levou a evoluir da ideia de simplesmente liberalizar o comércio, para a ideia de uma política comercial comum. Por isso, leva à ideia também da tarifa externa comum, que é uma característica do Mercosul. Com todas as imperfeições que tem a tarifa externa comum, ela define uma união aduaneira, define um nível de integração, que é muito maior do que simplesmente uma área de livre comércio. Esse fator foi muito importante.

Eu poderia relatar vários episódios, que são muito longos, mas tem um que me parece importante porque vai ter reflexos em processos subsequentes. Num primeiro momento, até porque o Paraguai era um país que vinha recentemente de um governo não democrático, a primeira ideia que surgiu para a coordenação de posições em relação aos Estados Unidos, envolvia quatro países: Brasil, Argentina, Uruguai e Chile. Na época, eu era Diretor de Assuntos Econômicos e acompanhei esse tema de perto, e

a primeira reunião que nós tivemos no Palácio do Itamaraty de Brasília - na sala que hoje nós chamamos “Sala Ruy Barbosa”, em homenagem a um político diplomata, multilateralista, que o Brasil teve - verificou-se que não era possível ter uma posição comum porque o Chile tinha já uma política comercial estabelecida em bases diferentes. O Chile já havia adotado uma política em que as tarifas eram sistematicamente mais baixas do que as dos demais países que viriam a constituir o Mercosul e, embora a reunião tenha sido muito útil para troca de impressões e de conversas, ficou claro que não era possível, naquele momento, uma coordenação plena de posições. Esse momento, mais ou menos, coincidiu com as gestões do Paraguai para se integrar ao nosso processo de negociação. Então, houve uma coincidência no tempo, que é a incorporação do Uruguai e, depois, do Paraguai, a esse processo Brasil-Argentina, de liberalização comercial entre os países, e a necessidade de se ter uma frente comum para negociar com os Estados Unidos. Esse é um processo que vai redundar num acordo conhecido como “Acordo 4+1”, ou “Acordo Jardim de Rosas”, porque foi assinado lá no Jardim de Rosas, entre o Mercosul e os Estados Unidos.

Uma peculiaridade dessas negociações que levaram a esse acordo é que foi a primeira vez que houve o exercício de uma coordenação efetiva e que causou muita surpresa aos Estados Unidos. Quando falamos em “coordenação” não é uma figura de retórica, é algo real. Isso causou muita surpresa aos Estados Unidos. Primeiro, eles relutaram muito em discutir com os quatro países. Eles achavam que deveriam discutir com cada país separadamente, ou no conjunto das Américas, digamos assim. Finalmente, aceitaram. Mas mesmo depois que aceitaram, eles achavam que era uma reunião de cinco países e nós tivemos que explicar para eles que não era uma reunião de cinco países, mas sim, de 4+1. Inclusive, eu vou contar um pequeno episódio diplomático porque vocês que estudaram história diplomática sabem como, às vezes, é importante o formato de uma mesa e isso apareceu nas conversações do fim da Guerra do Vietnã, ou nas conversações da ALCA, enfim, na realidade isso acabou se refletindo no formato da mesa porque, em vez de se ter uma mesa de cinco, pentagonal, como os Estados Unidos haviam pensado que deveria ser feito, foi uma mesa de dois lados: de um lado o Mercosul e do outro lado os Estados Unidos. Graças a um exercício de coordenação realmente intenso. Como havia vários temas a serem tratados (serviços, propriedade intelectual, bens, antidumping, entre outros), nós organizamos a reunião de tal maneira que cada país fosse responsável pela exposição de um tema. Então, ficou claramente estabelecido que ali não estávamos negociando individualmente com os Estados Unidos. No texto escrito, que vai ser distribuído para vocês, eu menciono que, no passado, todo o nosso processo de integração aqui na região era “hub-and-spoke”. O que é “hub-and-spoke”? É o centro e o aro de uma roda. Ou seja, você só se integra com o outro passando pela grande potência. Em suma, se tiver que haver uma integração entre o Uruguai e a Guiana, teria que passar pelos Estados Unidos, entre o Brasil e a Argentina, também teria que passar pelos Estados

Unidos. Ali, não era assim porque, claramente, nós estávamos atuando como um único bloco. Esse é um pequeno episódio que tem o seu interesse pela história das negociações, mas o mais importante é que o fato de termos que estabelecer essa frente comum nos impôs a tarefa de, muito rapidamente, chegarmos à definição dos propósitos de termos uma tarifa externa comum entre os quatro países e de sermos uma união aduaneira.

Em 1991, foi assinado o Tratado de Assunção e, três anos depois, se concluiu o processo da união aduaneira propriamente dito. O processo de desgravação começou antes, a partir do Tratado de Assunção, mas a aplicação da tarifa externa comum só começou a partir de 1994. Vale a pena dizer que, já então, os países procuraram se coordenar, inclusive, nas suas políticas em relação à OMC. O caso do Paraguai era um pouco diferente porque o Paraguai estava, ao mesmo tempo, negociando com o Mercosul, e negociando a sua adesão à OMC, então, ele estava recebendo demandas que eram um pouco diferentes. Como era um processo que já estava em andamento, isso teve que ser respeitado. Como também teve que ser respeitado o fato de que tanto a Argentina, quanto o Brasil e o Uruguai, já tinham também feito concessões em outras áreas tarifárias, já constavam das listas da OMC e essas nós não poderíamos mudar sem dar compensação em outras áreas e isso seria algo complicado. Eu só digo isso por um aspecto único, que é determinante até hoje nas negociações da OMC e que foi determinante para a nossa visão de por que a negociação da ALCA não poderia continuar nas bases em que estava. O importante é que, já então, Uruguai, Argentina e Brasil procuraram coordenar as posições em relação à consolidação de tarifas na Rodada Uruguai. Vocês podem verificar que grande parte das tarifas dos três países, o "ceiling binding", ou seja, o "teto tarifário" é de 35%. Isso foi algo coordenado e, com isso, nós conseguimos algumas exceções na área agrícola, em que alguns produtos chegam a 55%, mas são muito poucas. Na realidade, esse era o teto tarifário e isso nos permitia continuar discutindo a nossa tarifa externa comum.

Esse processo da discussão da tarifa externa comum, uma vez dado o impulso político e reconhecida a indispensabilidade de uma união aduaneira para poder agir frente ao mundo e para aprofundar a integração, se concluiu, basicamente, em 1994, quando foi assinado o Protocolo de Ouro Preto. Na realidade, o Protocolo de Ouro Preto não é sobre isso, é sobre a parte institucional do Mercosul, mas, coincidentemente, na mesma ocasião, também se acertaram as bases da tarifa externa comum e as bases do regime automotivo. Tudo isso depois foi evoluindo, houve mudanças, mas as bases foram assentadas aí.

Vou contar apenas um ou dois episódios que me parecem importantes nesse processo. Como eu estive envolvido na negociação, no início, havia no Brasil, e certamente também na Argentina, no Uruguai e Paraguai, muito ceticismo em relação ao Mercosul. Era muito comum as pessoas dizerem: "Por que perder tempo com países em desenvolvimento?

O Brasil tinha que estar negociando com os Estados Unidos, separadamente, o Brasil tinha que buscar uma negociação com a União Europeia. Tudo bem que tenha um acordo comercial com a Argentina, com o Uruguai ou o Paraguai, isso não atrapalha, mas por que esse esforço todo de criar uma união aduaneira e de ter uma tarifa externa comum?". Havia essa percepção, esse ceticismo. Eu participei da negociação do Tratado de Assunção, saí, fui ser Embaixador em Genebra e voltei, primeiro, como Secretário Geral e depois Ministro das Relações Exteriores. Eu voltei já com a ideia de ampliar, de poder trabalhar algo para o conjunto da América do Sul, mas eu quis testar um pouco os empresários brasileiros e trabalhar com a ideia de uma área de livre comércio sul-americana. Aliás, essa ideia foi exposta, pela primeira vez, pelo Presidente Itamar Franco, numa reunião do Grupo do Rio no Chile, em 1993. Depois eu explico por que uma área de livre comércio e não uma união aduaneira. Eu quis testar essa ideia, então, como havia um Conselho Empresarial no Ministério das Relações Exteriores, que havia sido criado pelo, depois Presidente Fernando Henrique Cardoso, eu tive uma reunião com os empresários. Estavam presentes grandes banqueiros, industriais, o Olavo Setúbal, que era uma figura importante do setor financeiro e de vários outros. Eu expus a ideia para eles de que eu achava importante nós termos um projeto não apenas para o Mercosul, até porque, naquela época, se confundia muito o Mercosul com o Acordo do Cone Sul. O Mercosul é o "Mercado Comum do Sul", até para deixar essa abertura para outros países. A própria mídia brasileira, e até analistas que estudam esse assunto, dizem que é o "Mercado do Cone Sul" e não é e nem nunca foi. Até porque, o Brasil não se resume no Cone Sul. Mesmo que nós queiramos, nós não podemos nos reduzir a isso. Nessa reunião, foram colocadas várias ideias. Eu me lembro até que o Embaixador Jeronimo, que foi Embaixador na ALADI, antes de ser Ministro da Cultura, sugeriu que a gente tivesse também um projeto para o norte. Isso era perfeitamente correto e viável como ideia, simplesmente, não se podia cortar o Brasil em dois e fazer uma parte para o Merconorte e outra parte para o Mercosul. Então, nós tínhamos que ter um projeto que fosse, ao mesmo tempo, compatível com a existência do Mercosul e que pudesse abranger o conjunto da América do Sul. Então, a ideia dessa área de livre comércio sul-americana surgiu nesse contexto e eu resolvi testá-la com os empresários. A mesma classe empresarial, que havia manifestado tanto ceticismo, dois ou três anos antes de ser assinado o Tratado da Assunção, dizia: "Mas temos que tomar cuidado para não prejudicar o Mercosul!". Já naquela época, o Mercosul tinha se tornado uma fonte de receita muito importante para os empresários brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios. Então, algo que antes era visto com um grande ceticismo, era agora algo a ser preservado.

Eu quis enfatizar um pouco o nascimento do Mercosul e essa característica da tarifa externa comum e da união aduaneira porque eu tenho a convicção de que o Mercosul é o núcleo dinâmico para a integração da América do Sul, com todo o respeito à Comunidade Andina, que nós sabemos que foi pioneira na América Latina. O Pacto Andino foi uma

ação de coragem do ponto de vista político, e até de investimentos, mas, do ponto de vista prático, eu acho que o núcleo dinâmico para a integração da América do Sul está no Mercosul porque foi o núcleo que criou maior densidade. Essa densidade está ligada ao fato de ele não ser apenas uma área de livre comércio, mas ser também uma união aduaneira, sem falar das outras características que ele desenvolveu na área social, na área política, tendo um Parlamento etc., mas a união aduaneira é o verdadeiro cimento do Mercosul.

Quando me perguntavam por que essa diferença, eu costumava dizer que a diferença é a história quem mostra. As áreas de livre comércio vão e vêm, ou vêm e vão; as uniões aduaneiras ficam. Esse é um fato histórico. A União Europeia se baseia numa união aduaneira que foi crescendo, tendo mais políticas comuns, hoje, grande parte dos países tem uma moeda comum. Nos primórdios, quando o Mercado Comum Europeu foi criado, havia um outro grupo de países que não queria ser parte aduaneira naquela época porque ser parte de uma união aduaneira impõe vantagens e limitações. Você não pode negociar livremente com outros sem ouvir os seus parceiros. Naquela época, criou-se o European Free Trade Association - EFTA, a área europeia de livre comércio. Eu não sei se muitas pessoas em torno dessa mesa se lembram do que foi o EFTA. Na realidade, ele ainda existe, mas, hoje em dia, está reduzido a quatro países. Não digo isso com nenhum demérito porque cada país tem seu projeto, mas o EFTA está reduzido à Suíça, Islândia, Noruega e Liechtenstein. A relevância no EFTA no mundo, como bloco, é muito pequena. Obviamente, a União Europeia tem uma relevância muito maior. Então, a importância de criar esse núcleo de integração foi muito grande.

Já na época do Presidente Itamar pensou-se que já que não era possível termos uma união aduaneira de toda a América do Sul, até porque havia países que estavam começando a negociar acordos de livre comércio, ou tinham estruturas tarifárias mais baixas, como o Chile, ou pensavam em negociar acordos de livre comércio com os Estados Unidos ou outros países de fora da região, já que não era possível ter uma união aduaneira de toda a América do Sul, nós poderíamos, ao menos, ter uma área de livre comércio. Não era o mesmo nível de integração, mas era algum nível de integração. Então, essa ideia foi lançada e houve reações mistas, na época, por razões diferentes. Eu me lembro que alguns países estavam pouco entusiasmados com a ideia, por motivos diferentes. Um deles era a Colômbia, talvez, porque já estivesse pensando em ter um acordo com os Estados Unidos, o que é mais do que legítimo e natural. Mas, enfim, não havia entusiasmo e outros países também não viam, naquele momento, propósito de buscarem uma integração maior. A relação dos países sul-americanos era muito pequena. No próprio Mercosul, antes do ACE 14 e do Tratado de Assunção, do ponto de vista brasileiro, o conjunto das nossas exportações com o Mercosul era de mais ou menos 4% do total das nossas exportações e, com o conjunto da América do Sul, deveria ser de 7%, se tanto. Então, havia muitas dúvidas.

Eu vou dar um salto do tempo porque depois veio o Governo Fernando Henrique, houve várias crises internacionais que tiveram consequências muito fortes na região, inclusive, cambiais, e que atrapalharam um pouco o processo de integração. Devo assinalar que o Presidente Fernando Henrique teve uma iniciativa importante, que foi a I Cúpula de Países da América do Sul, e foi daí que nasceu o IIRSA. Então, não é que a ideia tivesse sido abandonada de todo, mas ela não teve a dinâmica que se esperava que pudesse ter, em função de outros fatores.

Um outro fator que, naquela época, acabou tirando força de um projeto de uma área de livre comércio sul-americana, que foi muito embrionário porque não chegou a se desenvolver, foi o lançamento da ALCA. O lançamento da ALCA foi feito pelo Presidente Clinton, no final de 1994, com muita força política. De uma forma ou de outra, todos acabaram aderindo à ALCA, embora houvesse visões diversas sobre o que deveríamos fazer. Creio que os países tinham uma preocupação de não se deixar engolfar totalmente num tipo de integração cujos benefícios seriam muito discutíveis para nós, principalmente, os países que tinham uma base industrial maior. Pelo menos, nós conseguimos estabelecer um prazo de 10 anos, e não cinco anos, como estava proposto. Depois, o prazo se alongou muito mais, até desaparecer. Também conseguimos colocar alguns temas que eram do nosso interesse, como agricultura e antidumping, que pelo menos nos permitiriam ter algum instrumento de barganha na discussão. O fato é que o lançamento da ALCA foi um fator "overwhelming", que tomou totalmente as atenções.

Reconhecendo a importância da convocação da I Cúpula da América do Sul e da IIRSA, no início do Governo do Presidente Lula, com a liberdade que o Presidente Lula permite aos seus assessores fazerem críticas, comentários, eu disse:

– Presidente, a nossa prioridade em matéria de integração é o Mercosul, não é?

– Sim.

– Presidente, vou decepcioná-lo, porque não é. Há 10 ou 12 pessoas aqui nos Ministérios que trabalham com o Mercosul e 40 ou 50 pessoas que trabalham na ALCA. Então, a prioridade não é o Mercosul, a prioridade é a ALCA.

Ou seja, nós sabemos que a força de uma proposta norte-americana é muito grande e ela acabou engolfando. Nós tínhamos uma postura que, inicialmente, era mais defensiva, havia uma sucessão de muros que foram caindo, mas, a ALCA era um processo avassalador. Quando se discute e se compara o que se negociou na OMC, ou o que se pode negociar na OMC, com relação à ALCA é totalmente diferente. Havia-se aceito que as negociações tarifárias, basicamente, para produtos industriais, seriam feitas a partir da tarifa aplicada e não da tarifa consolidada. Para quem não é especialista do ramo, há essa diferença: a tarifa consolidada é aquela

que você está internacionalmente obrigado a manter porque você declarou isso na OMC e virou uma obrigação jurídica. A tarifa aplicada é aquela que você aplica e que pode variar um pouco. No caso do Mercosul, é a Tarifa Externa Comum - TEC. Para vocês terem uma ideia da diferença, no caso do Mercosul, a tarifa consolidada poderia ser 35%, a média de 26% ou 27% e a aplicada é de 11%. Então, em vez de negociar a partir de 35%, nós negociamos a partir de 11%, o que é algo muito mais difícil e complicado, e que nos colocava diante de um processo de liberalização ante a maior economia do mundo, de forma quase que avassaladora. Ao mesmo tempo, com todas as dificuldades que nós conhecíamos para que temas do nosso interesse, como agricultura ou antidumping, pudessem ser tratados de maneira adequada nesse contexto. Mas, seja como for, a ALCA era um processo avassalador e que tomou conta de tudo. Isso contribuiu para que o Mercosul desacelerasse o passo e fez com que outras iniciativas não se desenvolvessem.

Logo no início do governo, o Presidente Lula tomou a decisão de caminharmos em dois sentidos: um era fortalecer o Mercosul e o outro era retomar a ideia de algum projeto de integração de toda a América do Sul. Com relação ao Mercosul, logo numa das primeiras reuniões, no Uruguai, nós passamos a aceitar o conceito de assimetria. As soluções encontradas podem até não ter funcionado plenamente, mas foram basicamente as que pediam o Uruguai e Paraguai naquela época. Houve um esforço para fortalecer o Mercosul de mais de uma maneira. Reconhecemos as assimetrias; aos poucos, fomos criando um instrumento financeiro para ajuda aos países, que, basicamente, é o FOCEN, para o qual o Brasil contribui com cerca de 70%, a Argentina com mais ou menos 20% e os outros países menores contribuem com um pouco. A grande maioria dos fundos vai para o Uruguai e Paraguai e esse é também um reconhecimento de que é necessário compensar as assimetrias com investimentos maiores nesses países. A parte social e de movimentação de pessoas se desenvolveu muitíssimo nesses anos, a parte política também, com a instalação do Parlamento do Mercosul, enfim, houve vários avanços importantes nesses últimos anos, embora, em certos aspectos, e com razão, alguns países se queixem de que nós não avançamos o suficiente. Avançamos um pouco na área de serviços, enfim, houve alguns avanços importantes nesse período.

Mas, ao mesmo tempo em que nós tratávamos desse avanço do Mercosul, nós procuramos também retomar essa ideia de um processo de integração para o conjunto da América do Sul. Nós já tínhamos a IIRSA, que teve que ser adaptada às novas prioridades, mas, basicamente, eram obras de infraestrutura nos vários países que, pela primeira vez, estarão ligando o Atlântico ao Pacífico, de maneira efetiva em vários pontos: no meio norte do continente, saindo pelo Peru ou eventualmente pelo Equador; mais ao sul, passando pela Bolívia, Argentina e Chile. Enfim, pela primeira vez, a América do Sul vai ter ligações efetivas entre o Atlântico e o Pacífico, reais, coisa que na América do Norte aconteceu no

século XIX. Nós levamos praticamente um século e meio para fazer o que foi feito há muito tempo na América do Norte e que foi uma das bases do desenvolvimento do mercado interno norte-americano. Digo isso porque acho que algo em que nós temos que pensar é num mercado interno sul-americano. O conjunto da América do Sul é um enorme mercado, somos quase 400 milhões de habitantes, com um PIB que deve estar por volta dos 3 trilhões de dólares então, nós tínhamos que ter um projeto para esse conjunto da região. Na grande maioria, com exceção da Guiana e Suriname, são populações que falam línguas que se comunicam, que se entendem razoavelmente, pelo menos, então, era preciso retomar esse processo. Tínhamos a parte de infraestrutura e voltamos à ideia de um acordo de livre comércio. Só que, talvez, com um pouco mais de pragmatismo, em vez de propormos um esquema abrangente, que sempre desperta um pouco de ceticismo e, às vezes, até de temores, nós propusemos acordos do Mercosul com os outros países. Já tínhamos um acordo com o Chile porque o Chile, justiça seja feita, embora não pudesse participar do Mercosul pela sua estrutura tarifária, também era um país muito interessado na integração comercial com os outros países da região. Nós já tínhamos um acordo com o Chile e com a Bolívia, mas tínhamos que fazer um acordo com o conjunto do Pacto Andino. Então, esse foi o esforço que tomou muito do nosso tempo diplomático e do próprio Presidente. O Presidente recebeu visitas de todos os presidentes sul-americanos no primeiro ano de governo e visitou todos os países sul-americanos em dois anos de governo, incluindo, a Guiana e Suriname, naturalmente.

Eu tinha sido Ministro do Governo Itamar Franco, embora só por um ano e meio, e, naquela ocasião, nunca fui ao Peru, nem ao Equador, Guiana ou Suriname. Eu acho que, em dois anos do Governo Lula, eu estive seis vezes no Peru, umas três ou quatro vezes no Equador, fui muitas vezes à Colômbia, enfim, houve uma mudança na dinâmica.

A Colômbia foi um pouco o ponto de inflexão que nos permitiu chegar a um acordo. Continuava a haver alguma resistência. Não ideológica, devo dizer, até porque, o que nós estávamos propondo era um acordo de livre comércio, que não limitava ninguém. Quem quisesse negociar com outras áreas poderia continuar negociando, mas havia certo receio. Eu me lembro de um diálogo que eu tive com o Ministro Jorge Botero, que era o Ministro do Comércio Exterior da Colômbia naquela época. Foi um diálogo tenso, interessante e profundo. Foi talvez um diálogo que até me ajudou a ver um pouco mais quais eram as preocupações. Em determinado momento, eu disse para o Ministro Botero: “Eu não consigo entender uma coisa e vou precisar que vocês me expliquem. Por que os empresários colombianos têm medo da concorrência da indústria brasileira e não têm medo da concorrência da indústria norte-americana? Isso eu não consigo entender”. Realmente, não era fácil de entender. Eu sei que nós continuamos aprofundando a discussão, fomos refinando o processo de negociação, fomos incluindo cláusulas que reconheciam assimetrias, que variavam de país para país. Tomando a Colômbia como um exemplo, o processo de

liberalização do Brasil em relação à Colômbia é mais rápido do que da Colômbia em relação ao Brasil. O número de exceções para a Colômbia é maior do que as exceções do Brasil, ou da Argentina. Então, fomos reconhecendo esse tipo de assimetrias e houve resistências aqui no Brasil também porque não é fácil. Nós começamos a negociação com o Peru, separadamente. Na verdade, o primeiro grande passo foi dado com o Peru e deve-se fazer justiça ao Presidente Toledo porque ele tinha grande interesse. Mas, na realidade, foi o último país a concluir o acordo porque havia problemas na área agrícola. Eu me lembro de um telefonema que eu tive que dar para o Ministro da Agricultura do Peru e disse: "Se você não abrir mão dessa sua reivindicação, nós não vamos ter acordo". Ele disse: "Vai em frente, faça o acordo, mas não diga que você me consultou". E assim foi feito.

Enfim, conseguimos fazer os acordos de livre comércio. Quando nós tínhamos acertado as linhas gerais desses acordos, o framework dos acordos de livre comércio, nós incorporamos isso na ALADI. Houve uma reunião da ALADI porque tudo isso tem que ser feito sob o amparo da ALADI, até para poder ser legal junto à OMC. Nós fomos a uma reunião da ALADI e a coisa mais interessante foi a declaração que eu ouvi da Ministra das Relações Exteriores da Colômbia, que era um país que tinha demonstrado algum ceticismo, 10 anos antes. Eu fui muito cauteloso no meu discurso, para não dar a impressão que nós estávamos querendo avançar para áreas que pudessem ser consideradas mais sensíveis, e a Ministra da Colômbia disse: "Com esses acordos que nós estamos assinando, na prática, estamos criando uma área de livre comércio da América do Sul". É claro que o caso da Guiana e Suriname sempre foi especial, não só por pertencerem ao CARICOM, mas também porque são economias mais frágeis que terão que ter um tratamento diferente nesse processo de integração. Com relação aos demais países, era verdade que nós estávamos criando uma área de livre comércio da América do Sul.

Tendo já esses dois pilares da integração sul-americana estabelecidos, embora não seja uma integração tão profunda quanto a do Mercosul, mas é uma integração, com uma área de livre comércio e integração física de infraestrutura, faltava dar uma vertente política. A ordem não é necessariamente cronológica porque isso ocorre simultaneamente, mas faltava a vertente política. Quando foi assinado o Acordo Quadro entre Mercosul e Peru, o Presidente Toledo anunciou que aquele acordo, provavelmente, iria se estender para o conjunto da Comunidade Andina e que, com isso, nós estávamos criando uma Comunidade Sul Americana de Nações - CASA, como foi conhecido esse esforço de união sul americana, até cerca de dois anos atrás, quando houve a proposta de chamá-lo de UNASUL.

Então, essa reunião lançou o processo, levou algum tempo para que chegássemos a uma reunião fundadora da CASA, o que ocorreu também no Peru, mas era ainda um processo de natureza política. A CASA

não tinha uma institucionalidade jurídica. A institucionalidade jurídica só vai ocorrer com a UNASUL. Nós tivemos mais uns dois anos de discussões, até que, no ano passado, finalmente, foi concluído o Tratado da UNASUL, com várias vertentes: a vertente do livre comércio, da integração comercial; a vertente da infraestrutura; a vertente da energia, que ganhou muita força nesses anos; a vertente de defesa, que, na realidade, só veio a se materializar um pouco mais tarde com a criação do Conselho de Defesa; e agora já tem o Conselho de Saúde, enfim, há vários outros que estão se desenvolvendo.

Eu acho que a UNASUL é um processo extremamente vivo e importante, e que permite à região se coordenar e se apresentar diante do mundo. Eu costumo dizer que algo que chama a atenção é que nunca esses países tenham assinado um tratado, um instrumento jurídico entre eles, como tal, pelo menos, de caráter mais amplo. Não sei se existe algum em alguma área específica, como na área de turismo, mas não creio. Então, o tratado constitutivo da UNASUL é um grande passo.

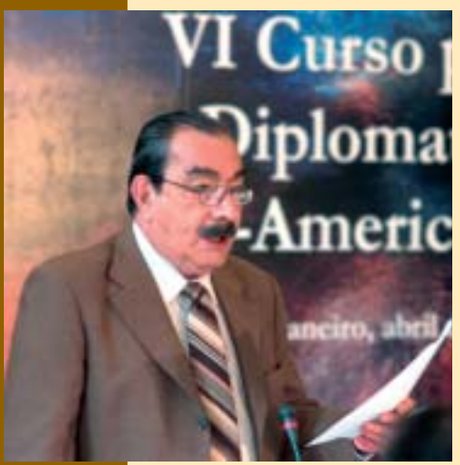
BRASIL

Ministro Luiz Dulci
Palestra de 2 de abril

Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil. Dirigente nacional do Partido dos Trabalhadores desde sua fundação, em 1980. Foi um dos coordenadores da Campanha eleitoral do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. É um dos seis integrantes da Coordenação do Governo Lula. Ministro Luiz Dulci é o responsável pela interlocução política do governo com as organizações e movimentos da sociedade civil brasileira e internacional.

BOLÍVIA

Senador Antonio Peredo Leigue
Palestra de 3 de abril



Vice-Presidente del Senado en 2008, ha empezado la carrera como periodista y en 1949 fue tipógrafo y editor del semanário “Izquierda”, en Trinidad. Trabajó en periódicos y emisoras de radio en La Paz, San Tiago, Ciudad de Mexico y Managua. Fue profesor (1985-1999) y Director (1992-1994) de la carrera de Comunicación Social en la Universidad Mayor de San Andrés. Actúa en la política desde 1950. En 2002, fue candidato a Vice-Presidente de la República por el MAS (Movimiento al Socialismo). Fue electo Senador de la República en 2002.

Visita ao PROJAC (TV Globo), Rio de Janeiro, RJ
3 de abril

BRASIL

Ministro Gilmar Mendes
Palestra de 6 de abril

Presidente do Supremo Tribunal Federal. Professor de Direito Constitucional de graduação e pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Foi Procurador da República com atuação em processos do Supremo Tribunal Federal - outubro de 1985 a março de 1988. Adjunto da Subsecretaria-Geral da Presidência da República – 1990 e 1991. Assessor Técnico na Relatoria da Revisão Constitucional na Câmara dos Deputados – dezembro de 1993 a junho de 1994, tendo sido responsável pela elaboração de inúmeros estudos e pareceres. Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil – de 1996 a janeiro de 2000. Advogado-Geral da União – de janeiro de 2000 a junho de 2002.

Visita à Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, RJ
7 de abril

Lançamento do livro “Diplomacia Brasileira e a Política Externa – Documentos Históricos (1493-2008)”, de Eugênio Vargas Garcia (Organizador)
7 de abril

Visita ao Palácio Itamaraty, Brasília-DF
8 de abril

Visita ao Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta I), Brasília-DF

GUIANA

Professora Doutora Mellissa Ifill
Palestra de 13 de abril

PhD in International Relations, Sussex University (UK). She was granted the Publication and Research Award by the Guyana University (2008), where she teaches History and International Relations. She represented the University at the OTCA (Amazon Treaty) in 2007 and at the Task Force aimed at Strenghtening Relations between CARICOM and the Dominican Republic (2008). Consultant for the National Democratic Institute (Guyana Office), the InterAmerican Development Bank (Washington, D.C.), the Guyana Ethnic Relations Commission and to CARICOM.

EQUADOR

Professor Doutor Teodoro Bustamante
Palestra de 13 de abril

Coordinador del Programa de Estudios Socioambientales de la Faculdad Latino Americana de Ciencias Sociales (FLACSO), Ecuador. Graduado en Antropología en 1978 por la Pontificia Universidad Católica del Ecuador. Fue Director Ejecutivo Nacional de la Fundación Natura (1988-1991).

CHILE

Doutora Alícia Bárcena
Palestra de 14 de abril

Secretaria Ejecutiva de la Comisión Económica para America Latina y Caribe (CEPAL), desde el 1º de julio de 2008. Anteriormente ha trabajado como Secretaria-General de la Gestión en la sede de las Naciones Unidas en Nueva Iorque y nombrada por el Secretario-General de las Naciones Unidas, Ban Ki-Moon, en el 3 de enero de 2007.
En 2006 había completado su trabajo como Vice-Jefe del Estado Mayor y más tarde fue jefe interina en el Gabinete de Kofi Annan, antiguo Secretario-General de las Naciones Unidas.
Alícia Bárcena es bióloga, maestra en Ecología por la Universidad Nacional Autónoma de Mexico y también en Administración Pública por la Universidad de Harvard.

BRASIL

Professor Doutor Marco Aurélio Garcia
Palestra de 14 de abril

Atualmente é Assessor Especial de Política Externa da Presidência da República do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Professor licenciado do Departamento de História da Unicamp. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e, em 1990, na condição de Secretário de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores. Doutor Marco Aurélio Garcia foi coordenador da candidatura do Presidente da República do Brasil.

COLÔMBIA

Embaixador Camilo Reyes Rodriguez
Palestra de 15 de abril

Especialista en Negociación Internacional de Expertos sobre los Derechos Humanos, Desarmamiento y Derecho Internacional Humanitário; tiene experiencia en gestión y promoción de cooperación internacional en el ámbito bilateral, regional y multilateral.

Especialista en Derecho de la Integración por la Universidad del PRODEA, Roma.

Representante Presidencial de la Comisión de Reflexión Estratégica de América del Sur. En junio de 2006 fue ViceMinistro de los Negocios Extranjeros.

En 2003 desempeñó las funciones en el Despacho del Ministro y Coordinador Nacional de la Cúpula Ibero-Americana, del Grupo do Rio, de la Política Exterior de la Comunidade Andina, de la Comunidad Sul-Americana del Naciones y de la Cúpula de las Américas.

En julio de 2003 fue Embajador, Representante Permanente, Misión de Colombia en la Oficina de las Naciones Unidas y Organizaciones Internacionales en Ginebra.

Actualmente, es dirigente del Observatorio de Armas Pequeñas y Livianas en el Centro de Estudios Políticos e Internacionales de la Universidad Navarra Rosario.

Visita à PETROBRAS, Rio de Janeiro, RJ
15 de abril

PARAGUAI

Ministro Ticio Escobar
Palestra de 16 de abril

Ministro de la Cultura de Paraguay. Fue Director del Museo de Arte Indígena de Asunción hasta 2008. Director de Cultura del Municipio de Asunción (1992-1996). Presidente de la Sección Paraguaya de la Asociación Internacional de Críticos del Arte. Es miembro de la Junta del Doctorado en Filosofia, Estética y Teoría del Arte de la Universidad de Chile. Autor de la Ley Nacional de Cultura de Paraguay (Ley Escobar 3051/06).

Lançamento do livro “Brasil, Mundo e Homem na Atualidade” de autoria do Doutor Helio Jaguaribe
Local: Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro (RJ)
16 de abril

Visita à Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (Eletronuclear),
Angra dos Reis, Rio de Janeiro (RJ)
17 de abril

Visita a Parati, Rio de Janeiro (RJ)
17 a 19 de abril

URUGUAI

Professor Doutor Oscar Bottinelli
Palestra de 20 de abril

Profesor de Ciencia Política en la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República Oriental de Uruguay. Director de análisis política del Factum Instituto de Opinión Pública e Investigación Social. Analista político de redes de televisión y radio. Es consultor de los cuatro partidos politicos con representación parlamentar.

SURINAME

Embaixador Subhas Chandra Mungra
Palestra de 20 de abril

He teaches Public Economics and Economics for Development at the Suriname University since 2001. Suriname Extraordinary and Plenipotentiary Ambassador to the UN, NY (1997-2000). Suriname Minister of External Relations (1991-96). Chairman of the Center for the Development of Industries, Lome IV ACP/EC, in Brussels (1988-1990). Suriname Finance Minister (1986-1990). Director-General of the National Development Bank of Suriname (1983-1986). Chairman of the Admininistration Council of the Suriname Postal Savings Bank and Chairman of the National Development Bank of Suriname.

PERU

Doutor Javier Diez Canseco
Palestra de 22 de abril

Estudió Derecho en la Universidad Nacional Mayor de San Marcos entre 1967-1968 y Sociología en la Pontificia Universidad Católica de Perú entre 1965 y 1971. Fue candidato para la Asamblea Constituyente en 1978 y fue electo. Desde ese tiempo se ha dedicado completamente a la política y fue electo por una MP (entre 1980-1985) a Senador (1985-1992) y Deputado (1995-2000-2001 y 2001-2006). Durante su actividad parlamentar buscó una política de pacificación en relación al tráfico de drogas y a la corrupción, y sobre cuestiones de derechos humanos, especialmente a cuanto las personas con deficiencia. En las elecciones presidenciales de 2006, fundó el "Partido Socialista Unificado" y disputó el puesto de presidente, pero recibió solamente 0,5% de los votos. Desde entonces, preocupase en fortalecer su partido en la preparación para las elecciones municipales.

VENEZUELA

Professora Doutora Ana Maria Sanjuán
Palestra de 22 de abril

Directora del Centro de Estudios de América y Directora del Centro para La Paz y Derechos Humanos. Doctora en Ciencias Políticas y Licenciada en Psicología Social por la Universidad Central de Venezuela (UCV) en la Escuela de Sociología. Consultora del Banco Interamericano de Desarrollo; y Consultora para asuntos de gobernabilidad y conflictos en Venezuela.

Visita à Usina Siderúrgica Presidente Getúlio Vargas – CSN
Volta Redonda, Rio de Janeiro (RJ)
23 de abril

CHILE

Senador Carlos Ominami
Palestra de 24 de abril

Ph.D en Economia por la Universidad de Paris y Nanterre y Miembro Doctor de la Universidad de Paris. Vice-Presidente del Senado. Fue Miembro de las Comisiones de Defensa y de Salud, Presidente del Comité Financiero del Senado y Presidente de la Comisión Especial Mista de Presupuesto, miembro del Comité de Finanzas Públicas. De 1990-1992 Ministro de Economia del Gobierno del Presidente Patricio Aylvin. En 1992 participó de la campaña presidencial de Ricardo Lagos.

Publicó algunas obras, entre ellas:

- Internacionalización y nacionalizaciones en colaboración con Ch. A. Michalet: La Découverte/Maspero Paris 1983;
- Le Tiers Monde dans la crise. La Découverte, Paris (1984), con traduciones para español, japonés (1986);
- La Tercera Revolución Industrial G.E.L. Buenos Aires (1986);
- Elija la vida, Melquiades Editorial, Santiago de Chile (1998);
- Respuesta en la Crise de America Latina. L'Harmatan, Paris (1988).

GUIANA

Ministro Robert M. Persaud
Palestra de 24 de abril

After completing secondary school, he showed an early interest in the media. He received his tutelage and mentorship in journalism under Fr. Andrew Morrison at the Catholic Standard. He also worked as a reporter at the Mirror newspaper under the editorship of former President of Guyana, Mrs. Janet Jagan and later became its Editor. His love for the public service and his desire to improve his academic qualifications led him to pursue studies in the Public Communications in the United States and India. Upon his return to Guyana, he successfully read for a Bachelor of Arts Degree at the University of Guyana. Mr. Persaud later graduated from the University of the West Indies (Cave Hill) with a Master's Degree in Business Administration. Mr. Persaud's political career began in his teens and saw his quick ascension as Chairman of the Progressive Youth Organisation, the youth arm of the People's Progressive Party. While today still a young man, he has acquired considerable experience at the highest levels of his party as he continues to serve as an elected member of both the Central Committee and Executive Committee. He is also the Secretary of his party's Mass Organisation Committee. In 1999, he was appointed a Media Advisor to the President of Guyana. Mr. Persaud also served as the national coordinator of the Guyana Information Communications Technology Strategy (ICT4D Strategy). In 2006, he was appointed as Minister of Agriculture. Under his administration, agriculture in Guyana is being modernized and transformed. Mr. Persaud remains the driving force behind the country's Grow More Food campaign as well the responsibility for fisheries, livestock, other crops, bio-fuels, climate change unit, drainage and irrigation and forestry, all of which are under his leadership making remarkable strides. The diversification of Guyana's agriculture is being advanced with the first dedicated project on agricultural diversification concluded in 2008.

Visita ao Estande da Fundação Alexandre de Gusmão,
Central do Brasil, Rio de Janeiro, RJ
24 de abril

Jantar no Instituto Ricardo Cravo Albin
24 de abril

Visita a Foz do Iguaçu e Itaipu, Paraná (PR)
27 de abril

ARGENTINA

Professor Doutor José Paradiso
Palestra de Encerramento de 28 de abril

Sociólogo. Director de la carrera Relaciones Internacionales de la Universidad del Salvador. Director de la Maestría en Relaciones Internacionales de la Universidad del Salvador. Director de la Maestría en Integración Latinoamericana de la Universidad Nacional de Tres de Febrero (UNTREF). Profesor del Instituto del Servicio Exterior de la Nación (ISEN). Profesor de Relaciones Internacionales en la sede Buenos Aires de la Universidad de Bologna. Autor de: La era de las Superpotencias; Debates y Trayectoria de la Política Exterior Argentina; El Ideal Unificador en América Latina (próxima publicacion de UNTREF). Numerosos artículos sobre temas de Política Exterior y Política Internacional Contemporánea. Ha dictado cursos y participado en Seminarios en países de Europa y América Latina.

ARGENTINA

Mariano Enrico
Data de Nascimento: 21/2/1965
mariano.enrico@gmail.com

Consejero, 44 años, abogado de la Universidad de Buenos Aires. Egresado en 1994 del Instituto del Servicio Exterior de la Nación. Master of International Public Policy, SAIS, Johns Hopkins University, Washington DC (2004). Fluidez en inglés y portugués. Conocimientos de alemán y francés.

Destinos diplomáticos

2008-Presente: Secretaría de Comercio y Relaciones Económicas Internacionales (a cargo de la supervisión de la Subsecretaría de Comercio Internacional y del Programa para el Desarrollo de Comercio Exterior);

2007-2008: Subsecretaría de Política Exterior; Coordinación General de Asuntos Bilaterales (a cargo de la supervisión de la Dirección de África Subsahariana y de Dirección de América del Norte);

1999-2007: Embajada Argentina en los Estados Unidos, Washington DC (desempeñando funciones en la Sección Política Interna, enlace con el Congreso de los Estados Unidos, Derechos Humanos Atentados a la AMIA y a la Embajada de Israel, y enlace con las organizaciones judías);

1997-1997: Dirección de Organismos Internacionales.

ARGENTINA

Juan Jorge Mártir Nuñez
Data de Nascimento: 7/11/1964
nju@mrecic.gov.br

Estudió licenciatura en Ciencia Política y Relaciones Internacionales. Tiene el grado de Master en Administración por la Universidad de Ciencias Económicas de Bs. As. Profesor Universitario de Política Internacional en la U.B. y Profesor del Instituto Nacional de la Administración Pública – INAP. Primer Secretario. Actualmente trabaja en el Departamento de Apoyo a las Inversiones y Promoción del Turismo en la Cancillería Argentina.Sirvió en el Consulado argentino en Recife, República Federativa del Brasil (2002-2008). En el Despacho del Ministro de las Relaciones Exteriores (2000-2002).Estuvo en la Dirección del Departamento de América del Sur en los años 1991-2000.

BOLÍVIA

José Carlos de Achá Garrón
Data de Nascimento: 7/8/1975
jdeacha@rree.gov.bo

Funcionario Diplomático de Carrera, ingresó al Servicio Exterior mediante examen de méritos a convocatoria pública. Formación académica en el área de las Relaciones Internacionales y Ciencias Políticas con especialidad a nivel de Master en Integración y Comercio Internacional, asimismo participó de cursos de formación en Negociaciones Internacionales y temas de Migración Internacional en la República del Uruguay y la República Argentina. Dominio del idioma francés, portugués y manejo de los idiomas ruso e inglés.

Cumplió funciones diplomáticas en París – Francia y ejerció las funciones de Encargado de Negocios a.i. de Bolivia, asimismo se desempeñó en el Servicio Central como Jefe de Gabinete del Viceministerio de Relaciones Económicas Internacionales, actualmente trabaja con el rango de Segundo Secretario del Escalafón Diplomático Nacional, en la Dirección General de Régimen Consular. En el ámbito académico posee amplia experiencia en la docencia, desempeñando dichas funciones por varios años en las Universidades Nuestra Señora de La Paz, Universidad de Aquino Bolivia, Universidad Católica de San Pablo y docencia en la Maestría de la Universidad Andina Simón Bolívar.

BOLÍVIA

Luis Alfredo Rojas Martínez
Data de Nascimento: 24/4/1971
lrojas@rree.gov.bo

Tercer Secretario, Abogado, egresado de la XII Promoción de la Academia Diplomática Boliviana “Rafael Bostillo”, Master en Relaciones Internacionales y Diplomacia, Master en Derecho Internacional y Privado y Negociación Internacional. Responsable por el sector de Representación Legal Internacional de la Dirección General de Asuntos Jurídicos del Ministério de Relaciones Exteriores, experto en Derecho Internacional Público y Privado, Curso en Acuerdos Internacionales y Inversiones (UNCTAD), Curso sobre Aspectos Legales del Comercio Electrónico (UNCTAD), Curso Específico sobre la Utilización del Sistema Interamericano de Protección A los Derechos Humanos. Artículos publicados: Referendum Utopia y Realidad”, Revista Especializada Esencia 2002. Fluente en Portugués.

BRASIL

Henrique Archanjo Ferraro
Data de Nascimento: 28/6/1969
hferraro@mre.gov.br

2007 Primeiro Secretário em 31 de dezembro;
2007 Coordenação de Documentação Diplomática, Coordenador;
2006 CAD – IRBr;
2006 Embaixada em Tóquio, Segundo Secretário;
2004 Segundo Secretário em 22 de dezembro;
2003 Embaixada em Lisboa, Terceiro e Segundo Secretário;
2003 Ordem do Mérito, Portugal, Oficial;
2002 Légion d´Honneur, França, Cavaleiro;
2000 Cerimonial, assessor;
2000 PROFA-I – IRBr;
1998 CGEnsino – IRBr;
1998 Terceiro Secretário em 3 de julho;
1992 História pela Universidade de São Paulo.

BRASIL

Renato de Alencar Lima
Data de Nascimento: 6/7/1964
rlima@mre.gov.br

2008 Departamento da América Central e do Caribe (DACC), Assessor;
2008 Divisão do México, América Central e Caribe, assistente;
2007 Coordenação-Geral de Acompanhamento de Mecanismos Políticos Multilaterais, assistente;
2006 Primeiro Secretário em 28 de dezembro;
2004 Embaixada em Cingapura, Segundo Secretário, Chefe do SECOM;
2001 Segundo Secretário em 27 de dezembro;
2001 Embaixada em Viena, Terceiro e Segundo Secretário;
2001 Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente;
2000 Divisão de Informação Comercial, assistente;
1999 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente;
1998 Embaixada em Manágua, Terceiro Secretário em missão transitória;
1997 Divisão da Europa I, assistente;
1997 Divisão da Europa II, assistente;
1996 Terceiro Secretário em 9 de julho;
1995 Secretaria de Planejamento Diplomático;
1995 CPCD – IRBr;
1995 Gabinete do Ministro de Estado;
1994 Divisão de Informação Comercial;
1994 Oficial de Chancelaria em 15 de junho;
1991 Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo.

CHILE

Jorge Bernardo Beals Pott
Data de Nascimento: 10/11/1962
jbeals@embchile.org.br

El Primer Secretario Jorge Beals Pott, es abogado, habiendo cursado sus estudios de Derecho en la Pontificia Universidad Católica de Chile, y diplomático de Carrera desde 1989. En su trayectoria diplomática ha cumplido misiones en las embajadas de Chile en Malasia (1993-1997), Australia (2000-2004) y Brasil, donde se desempeña en la actualidad. En la Cancillería chilena cumplió funciones en la Dirección de Política Especial -Departamentos de Asuntos Estratégicos y de Desarme y Seguridad Internacional-, en la Dirección de Asia Pacífico - a cargo de los escritorios de Australia, Nueva Zelandia, Corea del Sur, Islas del Pacífico, en la Dirección de África y Medio Oriente - a cargo de los escritorios de Israel y de los países árabes y de la Cumbre ASPA -. También ha desempeñado cargos en la Dirección de Ceremonial y Protocolo.

COLÔMBIA

Juan Jose Páez Pinzón
Data de Nascimento: 24/12/1967
juan.paez@cancilleria.gov.co

Primer Secretário de Relaciones Internacionales. Abogado por la Universidad Externado de Colombia en 1993. Maestro en Análisis de Política Económica, Política y las cuestiones internacionales contemporáneas en 2003. Ha graduado con la tesis: Analisis del régimen de la prohibición total de armas químicas. Fellow del Desarmamiento de las Naciones Unidas en 2001. Cursó la Academia Diplomática de San Carlos en 1999, su carrera se inició en el Grupo de Trabajo del Consejo de Seguridad Naciones Unidas en 2001-2002, en la Dirección de Asuntos Políticos Multilaterais en febrero de 2000 hasta julio de 2003. Fue Cónsul de Colombia en Montreal desde julio de 2003 hasta enero de 2007. Trabaja actualmente en la Dirección de los Asuntos Consulares y Comunidades en el Exterior como Coordinador de Asuntos Consulares en el Ministerio de las Relaciones Exteriores.

COLÔMBIA

Ruth Mery Cano Aguillon
ruth.cano@cancilleria.gov.co

Consejero de la Carrera Diplomática y Consular de Colombia, ingresó en 1995; ha desempeñado cargos de representación en las Embajadas de Colombia en Brasil, Japón, Nicaragua; en el país, en cargos de dirección y responsabilidad en el Ministerio de Justicia y de Relaciones Exteriores, en la Dirección de Asuntos Políticos Multilaterales como Coordinadora para Asuntos de Drogas, Encargada del escritorio de la OEA y en la Dirección de Cooperación Internacional; en el Ministerio de Justicia y del Derecho como Directora de Política de Drogas y Estupefacientes. Se recibió con honores tanto en sus estudios de pregrado como de postgrado, Magister en Análisis de Problemas Políticos, Sociales, Económicos e Internacionales Contemporáneos, de la Universidad Externado de Colombia y Ciencias, Paris, Especialista en Gerencia de Marketing, de la Universidad de la Salle de Colombia, realizó su pregrado en Universidad Nacional de Colombia, donde se recibió como Química Farmacéutica.

EQUADOR

Luis Espinosa Salas
Data de Nascimento: 24/4/1971
lgespinosa@yahoo.com

Primer Secretário, Doctor en Jurisprudencia, Master of Advanced International Studies por la Academia Diplomática de Viena y la Universidad de Viena, dentre otros estudios. Actualmente es Jefe del Despacho del Vice-Ministro de Comercio Exterior e Integración. De 2006 a 2008, Primer Secretário en la Embajada de Ecuador en Polonia, Cónsul del Ecuador en Varsovia. En 2005, Encargado de Negócios, a. i., del Ecuador en Polonia. De 2002 a 2004, funcionario de la Misión del Ecuador ante la ONU, la OMC en Ginebra. Entre sua principales funciones: Coordinador del GRUA y GRULAC ante la OIT y la OMS de 2003 a 2004. Aún profesor en temas de negociacion y derecho en varias faculdades de la Universidad Católica del Ecuador. Idiomas: español, inglés y francés.

GUIANA

Megayla Ulana Austin
Data de Nascimento: 13/4/1978
megayla@yahoo.com

Bachelor in International Relations (2002-2003) and Economics (1998) by the University of Guyana. Graduate Certificate in Diplomacy (Foreign Service Institute of Guyana; Certificate in Diplomatic Practice (Ministry of External Relations of Brazil) Rio Branco Institute (Nov. 12-22, 2002). Certificate in Bilateral Diplomacy (University of Malta Diplomatic School). Part time lecturer of International Relations at the Institute of Distance & Continuing Education at the University of Guyana (2005-2006).

GUIANA

Kurth Rodrigues
Data de Nascimento: 28/8/1985
kurthrod@hotmail.com/ krodrigues@minfor.gov.gy

Foreign Service Officer, Frontiers Department. Post Graduate Diploma in Internacional Studies, University of Guyana (2008); Degree in Internacional Relations, University of Guyana (2006). In charge of monitoring Guyana's interaction with the task of preparing strategic documents, analyses and reports on meetings. Training course for delineation of the outer Limits of the Continental Shell beyond 200 Nautical miles (14-18 january 2008, Port-of-Spain).

PARAGUAI

Norma Cardozo Saldívar
Data de Nascimento: 19/6/1965
ncardozo@mre.gov.py

Consejera, graduada en los Estados Unidos, con énfasis en Estudios Internacionales, Ciencia Política y Comportamiento Humano en el Montgomery College, Marymount University Maryland College University. Experta en Relaciones Europeas de la Universidad de Ciencias Políticas y Diplomáticas, Universidad de Trieste, Italia; Transparéncia, Evaluación y Gestión en la École Nationale d'Administration en Paris (ENA). Curso en la Academia Diplomática y Consular del Ministerio de Relaciones Exteriores de Paraguai. Es fluente en inglés, italiano y francés.

Actualmente, está concluyendo sus funciones de Jefe del Departamento Central de Procedimento del Ministerio de Relaciones Exteriores para reasumir su cargo de Consejera del Paraguai en la Embajada junto a la Union Europea en el Reino de Belgica. Cumplió funciones en los siguientes puestos en el exterior: Tercer Secretario en la Mission junto a la OEA (1993-1997). Segundo Secretário en la Embajada de Paraguai en Washington, DC (1997-2000) y en la Embajada del Paraguay ante la Santa Sede.

PARAGUAI

Lorena Noemí Patiño Cardozo
Data de Nascimento: 23/1/1976
lorenanp@hotmail.com / lpatino@mre.gov.py

Segunda Secretaria. Abogada por la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales; Maestría en Ciencias Administrativas con especializacíon en Diplomacia y Relaciones Internacionales por la Fairleight Dickinson University, Hackensack, New Jersey (USA). Es fluente en inglés. En la Delegación Paraguaya en las Naciones Unidas en Nueva Iorque y en la Organización Mundial del Comercio en Ginebra, Suiza, de 2004-2007. Funcionaria de la Dirección de Asuntos Jurídicos de la Cancillería Nacional en 1997-2001. De 2007 hasta hoy es Secretaria del Ministro de Relaciones Exteriores.

PERU

Eliana Beraun Escudero
Data de Nascimento: 26/1/1971
eberaun@rree.gob.pe / elianaberaun@yahoo.com

Nacida en Lima, Perú, en 1971. Bachiller en Derecho por la Pontificia Universidad Católica del Perú, Magíster en Diplomacia por la Academia Diplomática del Perú, y estudios culminados de Administración Pública en la Escuela de Gerencia Continental. Diplomática de carrera en el Servicio Diplomático del Perú desde 1999, con categoría de Consejera. Actualmente, funcionaria del Gabinete del Viceministro Secretario General de Relaciones Exteriores, desde enero de 2007. A cargo de la coordinación del Gabinete y punto focal con la Subsecretaría para Asuntos Multilaterales, la Subsecretaría de Asuntos Económicos y la Agencia Peruana de Cooperación Internacional.

PERU

Rolando Ruiz Rosas Cateriano
Data de Nascimento: 7/12/1964
rruizrosas@rree.gob.pe / rruizrosas@yahoo.com

Egresado de la Escuela de Historia de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos de Lima (1982-1989) y Licenciado en Relaciones Internacionales y Diplomacia de la Academia Diplomática del Perú (1989-1991).

Actualmente Consejero en el Servicio Diplomático del Perú. Desde mayo de 2008, a cargo del Departamento Estados Unidos en la Dirección General de Norteamérica del Ministerio de Relaciones Exteriores.

En el exterior ha prestado funciones en la Representación Permanente del Perú ante las Naciones Unidas (Nueva York abril 2003 – abril 2008) donde fue coordinador político del Perú en el Consejo de Seguridad (2006-2007); Encargado de Operaciones de Mantenimiento de la Paz y la Comisión de Asuntos Políticos (abril 2004-2005) y de la Comisión de Asuntos Legales (abril 2003- marzo 2004); asimismo en la Embajada del Perú en Francia (Paris, agosto 1994 - junio 1999) donde tuvo a cargo la sección económica y comercial (agosto 1994 - junio 1998) y el área de política, prensa y cultura (julio 1998 - junio 1999). En la Cancillería ha trabajado en el Gabinete de los Ministros de Relaciones Exteriores Embajador Javier Pérez de Cuellar (enero - julio 2001); Diego García Sayan (agosto 2001 - julio 2002) y Embajador Allan Wagner (julio 2002 - marzo 2003); en la Dirección de Promoción Comercial (julio 1999-diciembre 2000) y en la Dirección General de Administración (enero1992-julio 1994).

PERU

Jorge Alberto Izaguirre Silva
Data de Nascimento: 21/12/1974
jizaguirre@rree.gob.pe / jizaguirre@hotmail.com

Primer Secretario. Maestría en Diplomacia por la Academia Diplomática del Perú, Abogado y Bachiler en Derecho y Ciencias Políticas por la Universidad Particular de San Martín de Porres (Lima) y egresado de la maestría en "Integración Regional" (Ciclo 2006-2007) de la Universidad de Murcia y el Instituto Universitario de Investigación "José Ortega y Gasset". Diplomado en "Derecho Internacional Humanitario" en la American University (Washington, D.C.). Diplomado en Normas y Negocios Internacionales por la Universidad San Martín (Perú). Experto en Comercio Exterior y Aduana, Curso de Comercio Internacional, Diplomado en Presupuestos Publicos; Clase Virtual por la Controladoria General de la Republica del Perú. Ocupó el puesto de Coordinador de la Subsecretaria de Comunidades Peruanas en el Exterior (Enero 2001 a Junio 2003).

SURINAME

Gladys Abdoel Saboer
Data de Nascimento: 16/3/1976
gladsab@yahoo.com / gladys_querida@hotmail.com

Career diplomat in the Ministry of External Relations of Surinam. Master in Public Administration by the F.H.R. Institute for Social Studies and Master Degree in Educational Science. From September 2004 until today she works in the Americas Section of the Ministry of External Relations; from 2001 to 2004, she worked in the Secretariat of the Ministry of External Relations. She is fluent in Dutch and English.

SURINAME

Jacintha Asarfi
Data de Nascimento: 28/1/1976
jrasarfi@hotmail.com

Diplomat in the Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Surinam as a direct Adviser of the Minister of External Relations. From 2004 until today she has been working at the European Section of the Ministry. Master in Public Administration by the F.H.R. Lim A PO Institute for Social Studies in cooperation with the Institute for Social Studies at the Hague, Netherlands, Master Degree. Certificate in English by the Institute of Suriname.

URUGUAI

Deborah Serra Cairo
Data de Nascimento: 23/4/1979
deborahsu@hotmail.com

Segundo Secretario del Servicio Exterior. Bachiler en Relaciones Exteriores, graduada por el Instituto Artigas del Servicio Exterior que actualmente integra la Dirección General del Ministro de Relaciones Exteriores del Uruguay con una alternativa para el Jefe del Despacho del Director General del Ministro. Miembro del equipo de la Fundación de la Dirección General para Asuntos Consulares y Vinculación "Departamento 20". Encargada de la confección de políticas públicas dedicadas a las Ala para Uruguayos. Actuó en atividades relacionadas con la gestión interna del Ministerio cuanto a directrizes y políticas de sus distintas direcciones generales de trabajo: Cooperatión, Cultura, Consular, temas políticos, económicos, Mercosur. Idiomas: Inglés y Portugués.

VENEZUELA

Ricardo Rafael Rauseo Ávila
Data de Nascimento: 13/4/1977
rrrauseo@yahoo.com

Secretario diplomado por la Escuela de Estudios Internacionales de la Universidad Central de Venezuela en 2001. Ingresó al servicio diplomático en 2002. En 2005, concluyo el Curso de Maestría en Política Externa del Instituo de Estudios Superiores Diplomáticos Pedro Gual. Fue responsable por las políticas cuanto a Alemania, Finlandia y Paises Bálticos, bien como Arabia Saudita y Siria. Hace cuatro anõs a cargo de la cooperación con el Brazil en el Despacho del Ministro-Adjunto para America Latina y Caribe.

VENEZUELA

Iris Ivonne Perez Merlo
Data de Nascimento: 26/10/1964
iipm2006@yahoo.com / ivo2610@hotmail.com

Segunda Secretaria. Licenciada en Estudios Internacionales por la Universidad Central de Venezuela y pos-grado en Comercio Maritimo Internacional por la Escuela Superior de la Marina Mercante. Actualmente está en la Embajada de la República Boliviana de Venezuela en Brasil, donde las coordina las actividades del sector Económico y Comercial.

VENEZUELA

Glennys J. Hernandez
Data de Nascimento: 30/8/1980
glennysh@gmail.com

Universidad Central de Venezuela – Socióloga (2003) Internacionalista (2006). Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores – Tercer Secretario de ha Carrera Diplomática, Desempeño entre 2005/2009 – Dirección del Despacho/Dirección de Seguimiento, Análisis y Asesoría Unidad para América Latina y El Caribe – Dirección del Despacho/Unidad de Sistematización (Despacho Móvil del Sr. Canciller) – CEIM (Comisión de Enlace para la Internacionalización de las Misiones Sociales) – XIV Curso de Formación Diplomática para Terceros Secretarios – Instituto de Altos Estudios Diplomaticos Pedro Gual. (IAEDPG) 2005. Docente – Programa Propedéutico de la Universidad Bolivariana de Venezuela (UBV) 2004.

Argentina	Mariano Enrico - mariano.enrico@gmail.com Juan Jorge Mártir Nuñes - nju@mrecic.gov.ar
Bolívia	José Carlos de Achá Garrón - jdeacha@rree.gov.bo Luis Alfredo Rojas Martínez - lrojas@rree.gov.bo
Brasil	Henrique Archanjo Ferraro - hferraro@mre.gov.br Renato de Alencar Lima - rlima@mre.gov.br
Chile	Jorge Bernardo Beals Pott - jorgebeals@hotmail.com
Colômbia	Juan Jose Páez Pinzón - juan.paez@cancilleria.gov.co Ruth Mery Cano Aguillon - ruth.cano@cancilleria.gov.co
Equador	Luis Espinosa Salas - lgespinosa@yahoo.com
Guiana	Megayla Ulana Austin - megayla@yahoo.com Kurth Rodrigues - kurthrod@hotmail.com
Paraguai	Norma Cardoso Saldívar - ncardoso@mre.gov.py Lorena Noemí Patiño Cardozo - lorenanp@hotmail.com
Peru	Eliana Beraun Escudero - eberaun@rree.gob.pe / elianaberaun@yahoo.com Rolando Ruiz Rosas Cateriano - rruizrosas@yahoo.com / rruizrosas@rree.gob.pe Jorge Alberto Izaguirre Silva - jizaguirre@rree.gob.pe / jizaguirre@hotmail.com
Suriname	Gladys Abdoel Saboer - gladsab@yahoo.com / gladys_querida@hotmail.com Jacintha Asarfi - jrasarfi@hotmail.com
Uruguai	Deborah Serra Cairo - deborahjsu@hotmail.com
Venezuela	Ricardo Rafael Rauseo Ávila - rrrauseo@yahoo.com Iris Ivonne Perez Merlo - iipm2006@yahoo.com / ivo2610@hotmail.com Glennys J. Hernandez - glennysh@gmail.com

Corpo Docente dos Cursos para Diplomatas Sul-Americanos

Argentina	Aldo Ferrer
	Horácio Adolfo Basabe
	José Paradiso
	Mário Rapoport
	Roberto Lavagna
	Roberto Russel
	Torcuato Di Tella
Bolívia	Antonio Peredo Leigue
	Esteban Ticona Alejo
	Gonzalo Chávez
	Jean Paul Guevara Ávila
	Pablo Solón
Brasil	Afonso Arinos
	Carlos Lessa
	Celso Amorim
	Darc Antonio Costa
	Gilmar Mendes
	Hélio Jaguaribe
	João Clemente Baena Soares
	Jorge d´Escragnolle Taunay
	José Luiz Fiori
	Luiz Dulci
	Luiz Pinguelli Rosa
	Luiz Werneck Viana
	Leonel Kaz
	Marco Aurélio Garcia
	Patrus Ananias
	Roberto Dias
	Samuel Pinheiro Guimarães
	Walter Costa Porto
	Wanderley Guilherme do Santos
Chile	Alícia Bárcena
	Carlos Huneeus Madge
	Carlos Ominami
	Luís Maira
	Manuel Antonio Garretón
	Osvaldo Sunkel
Colômbia	Alfredo Rangel Suárez
	Camilo Reyes Rodriguez
	Carlos German La Rotta
	Marta Lucía Ramírez de Rincón

Equador	Adrián Bonilla Alberto Acosta Espinosa León Roldós Aguilera Osvaldo Hurtado Rodrigo Borja Teodoro Bustamante
Guiana	Marilyn Cheryl Miles Mary Noel Menezes Mellissa Ifill Prem Misir Robert Corbin Robert M. Persaud
Paraguai	Bartolomé Meliá Diego Abente Brun José Antonio Moreno Ruffinelli Milda Rivarola Ticio Escobar
Peru	Anibal Quijano Julio Cotler Javier Diez Canseco Martín Tanaka Miroslav Lauer Holoubek
Suriname	Cornelis Pigot Kriesnadath Nandoe Robby Ramlakhan Subhas Chandra Mungra
Uruguai	Alvaro Padrón Alberto Couriel Constanza Moreira Gerardo Caetano Oscar Bottinelli Rodrigo Arocena
Venezuela	Ana Maria Sanjuán Isaias Rodriguez María Hernándéz-Barbarito Miguel Ángel Perez Pirela Nelson José Merentes Diaz

Corpo Discente dos Cursos para Diplomatas Sul-Americanos

Argentina	Cristina Hitce
	Diego Horacio González Massenio
	Ezequiel Martin Barakat
	Francisco Fabián Tropepi
	Gabriel Alejandro Jorquera
	Gabriel Eduardo Puente
	Gustavo Fernández Briozzo
	Juan Jorge Mártir Nuñes
	Juan Manuel Navarro
	María Cecília Villagra
	Mariano Enrico
Bolívia	Álvaro Guillermo Tapia Solares
	Arturo Gonzalo de La Riva Bozo
	David Armando Boutier Arze
	Elba Reguerín Pardo
	Geovana Elizabeth Miranda Villarreal
	Jimena Teresa Nasif Loayza
	José Carlos de Achá Garrón
	Luiz Alfredo Rojas Martínez
	María del Carmen Gonzáles Ribera
	Marcelo Eduardo Zaiduni Salazar
	Miriam Siles Crespo
	Shirley Orozco Ramirez
Brasil	Alex Giacomelli da Silva
	Carla Barroso Carneiro
	Eliana Zugaib
	Fábio Guimarães Franco
	Fernando Apparicio da Silva
	Henrique Archanjo Ferrari
	Leonardo Cleaver de Athayde
	Luís Guilherme Nascentes da Silva
	Renato de Alencar Lima
	Rodrigo Estrela de Carvalho
	Thiago de Faria Miranda
	Wilson Dockhorn Júnior
Chile	Alejandro Marisio Cugat
	Alex Chaparro Cavada
	Jorge Bernardo Beals Pott
	Jorge Salinas Paredes
	Manuel Francisco Gormaz Lira
	Rodrigo David Hume Figueroa
	Rodolfo Alberto Montecinos Mac-Adoo
	Píer-Franco Barberis Raineri

Colômbia	Alonso Lozada de La Cruz César Fernando Plazas Barrera Diana Patrícia Mejia Molina Frank Alberto Godoy Casadiego Jairo Augusto Abadia Mondragón Juan Jose Páez Pinzón Lourdes Del Rosário Vélez Miranda Martha Patrícia Medina Gonzalez Monica Beltran Espitia Ruth Mery Cano Aguillon Sergio Humberto Díaz Aguilera
Equador	Germán Espinosa Cuenca Jenny Lalama Fernández Luis Espinosa Salas Maria Gabriela Troya Marcelo Fabian Hurtado Lomas Patricio Esteban Troya Suárez Ricardo Lenín Chavez Salazar Silvia Espíndola Arellano
Guiana	Charlene Phoenix Heather Seelochan Kurth Rodrigues Marsha Caddett Megayla Ulana Austin Samantha Onita Roberts Vernon Anthony Robinson
Paraguai	Anastácio Medina Armoa Bruno Yegros González Célia Esther Cañete Ledesma Cynthia Filártiga Lacroix Francisco Maria Barreiro Perrota Gustavo Gomez Comas Lorena Noemí Patiño Cardozo Lurdes Maria Bogado de Insfran Nímia Ermelinda da Silva Boschert Norma Cardoso Saldívar Paulina Acosta de Ruiz Rubén Darío Benítez Palma Terumi Matso de Claverol Vidal Román Hermosa
Peru	Alejandro Javier Beuotis Candahuana Aléxis Paul Aquino Albengrin

	Claudia Maria Velit de Lesevic
	Eliana Beraun Escudero
	Gustavo Alonso Figueroa Navarro
	Gustavo León Siles
	Hugo Enrique Flores Morales
	José Alberto Ortiz Artola
	Jorge Alberto Izaguirre Silva
	Nelson Ortiz
	Roland Pierro Denegri Aguirre
	Rolando Ruiz Rosas Cateriano
Suriname	Carl Sapoar Lijong
	Elaine Helen Woode
	Eurdice Hofwijks-Koendjbiharie
	Gladys Abdoel Saboer
	Jacintha Asarfi
	Hargwatie Maikoe
	Marion Sybille Wolff
	Patrícia Nancy Etnel
	Ruwan Gilian Adjako
	Sachi Antrieka Soekhoe
	Shefferon Abdoel Rochman Kartowikromo
	Tombo Kartoebi
Uruguai	Alberto Antônio Rodríguez Goñi
	César Augusto Soares de Lima Narbondo
	Daniel Julio Botta Luquin
	Daniel Pareja Glass
	Deborah Serra Cairo
	Elizabeth Rojas Arteta
	Estela Queirolo de Tealdi
	Gerardo Prato Rodríguez
	Mario Liori Sanchez
	Oscar Miguel Demaría
Venezuela	Ana Graciela Castañeda Suarez
	Enrique Antonio Acuña Mendozza
	Glennys J. Hernandez
	Iris Ivonne Perez Merlo
	Lemaire Beatriz Romero Matheus
	Nelson González Leal
	Norelys Karina Lucena Gonzalez
	Regzeida Elena González Herrera
	Ricardo Rafael Rauseo Ávila
	Sayed Durán

Equipe de Apoio da Fundação Alexandre Gusmão

Helena Maria de Assis Torres
(htorres@mre.gov.br)

Elma Tavares Trigueiro
(elmafunag@hotmail.com)

João Antonio dos Santos Araújo
(toninho@hotmail.com)

Valeria Figueiredo Ramos
(vramos@mre.gov.br)

Marta Cristina Simões Machado
(mcsimoes@mre.gov.br)

Elizabeth Cavour

Carla Bacia

Carla Pereira

AGRADECIMENTOS

A Fundação Alexandre de Gusmão agradece a inestimável colaboração da Construtora Norberto Odebrecht.

A Fundação Alexandre de Gusmão agradece ao Tenente-Brigadeiro-do Ar, Comandante do Comando da Aeronáutica, Juniti Saito, pelo seu valioso apoio.

Ministério das Relações Exteriores
Fundação Alexandre de Gusmão
Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

Samuel Pinheiro Guimarães
Secretário-Geral

Jeronimo Moscardo
Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão

Carlos Henrique Cardim
Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Esplanada dos Ministérios - Bloco “H” - Anexo II - Térreo
CEP 70170-900 - Brasília - DF
Telefones: (61) 3411 6033 / 3411 6034
Fax: (61) 3411 9125
www.funag.gov.br